

**Acta n.º 8 da assembleia geral**

Aos 27 dias do mês de Junho de 2005, pelas 10 horas, reuniu na respectiva sede social, sita na Avenida António Augusto de Aguiar, 132, em Lisboa, a assembleia geral anual da Nexpart, SGPS, S. A., pessoa colectiva n.º 505253003, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 10 903 e com o capital social de 6 150 000 euros, totalmente subscrito e realizado, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2004;
- 2 — Deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício de 2004;
- 3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4 — Deliberar sobre a perda da qualidade de sociedade aberta.

Assumiu a presidência da mesa o respectivo presidente, o Dr. Victor Sérgio de Castro Nunes, que foi coadjuvado pelos secretários, a Dr.ª Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles e o Dr. Felipe de Lacerda Baião do Nascimento.

O presidente da mesa da assembleia geral iniciou a reunião dando nota da regularidade legal da convocação da assembleia geral por publicação da sua convocatória efectuada no jornal *Diário de Notícias*, em 23 de Maio e no *Diário da República*, em 25 de Maio de 2005.

Seguidamente, o presidente da mesa constatou, de acordo com a lista de presenças elaborada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais (que, devidamente assinada pelos accionistas ou pelos seus representantes, foi rubricada pelos membros da mesa da assembleia geral), bem como face a cartas de representação, que ficam arquivadas nos papéis da sociedade, que estavam presentes e/ou representados accionistas detentores de 97,527% do capital social, a que correspondem 5 997 900 acções e 5913 de voto, estando reunido o *quorum* necessário para a assembleia geral validamente reunir e deliberar sobre todos e cada um dos pontos da ordem de trabalhos. Constatou, também, ter sido remetida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, cinco dias antes do respectivo envio aos accionistas, o documento tipo utilizado na solicitação de nosso objectivo, como accionistas da Nexpart — SGPS, S. A., que esta sociedade tivesse a qualidade de sociedade aberta ao investimento do público e consequentemente objecto de deveres de informação mais exigentes, aumentando os custos indirectos associados a esse factor.

c) Que é do interesse de todos os accionistas, onde me incluo, tomar a Nexpart — SGPS, S. A., numa sociedade economicamente eficiente e que para cumprir esse desiderato começemos por simplificar o seu funcionamento, aprovando a perda da sua qualidade de sociedade aberta. Propõe-se que:

«Seja aprovada a perda da qualidade de sociedade aberta da Nexpart SGPS, S. A., nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º do Código de Valores Mobiliários.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida, pediu a palavra o vogal do conselho de administração, o Dr. António Coelho Marinho e no uso da mesma informou a assembleia que no seguimento da deliberação adoptada no ponto quatro da ordem de trabalhos a sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 27.º, do Código dos Valores Mobiliários, indicava, com o consentimento do mesmo, o accionista Dr. José de Oliveira Costa para, no prazo três meses a contar do deferimento pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários da perda da qualidade de sociedade aberta ora deliberada, adquirir as acções dos accionistas que, não tendo votado favoravelmente alguma das deliberações, as pretendam alienar.

E nada mais havendo a deliberar e ninguém mais querendo usar da palavra, o presidente declarou encerrada a sessão pelas 11 horas.

E para que tudo conste, foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presidente e secretários da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: *Victor Sérgio de Castro Nunes*, presidente — *Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles*, secretária — *Felipe de Lacerda Baião do Nascimento*, secretário.

2009877411

**NORGRUPO — SOCIEDADE ADMINISTRADORA DE COMPRAS EM GRUPO, S. A.****Relatório n.º 13-G/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia. Matrícula n.º 38 878; identificação de pessoa colectiva n.º 501544941; número e data da apresentação: 43/17 de Junho de 2004.

Certifico que foram depositados na respectiva pasta os documentos relativos à prestação de contas de 2003, referente à sociedade em epígrafe.

Vila Nova de Gaia, 21 de Julho de 2004. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

**Relatório e contas de 2003****Relatório do conselho de administração****1 — Actividade****Gestão de Grupos:**

Em 2003 verificou-se uma queda acentuada, mas previsível, das quotas de amortização e administração consubstanciando a finalização dos planos de pagamento da maioria dos participantes.

As dificuldades de manutenção da estrutura foram parcialmente superadas pela redução de salários dos administradores e de alguns colaboradores, e pelo recebimento da indemnização sobre a Formigosa de que eramos credores.

**Entrega de bens:**

Foram atribuídos bens no valor de 58 418,71 euros e entregues bens no valor de 355 042,85 euros.

O valor dos contratos em vigor por contemplar ascende ao valor de 1 269 784,82 euros.

**Recuperação de débitos:**

A 31 de Dezembro era de 59 o número de participantes a aguardar saldo do fundo comum ou contemplação.

A actuação principal da Norgrupo concentra-se na recuperação dos débitos de participantes já contemplados.

**2 — Elementos relativos à gestão:****Ratio de disponibilidades/responsabilidades:**

Disponibilidades de grupos: 247 213,11 euros;  
Responsabilidades de grupos: 244 455,69 euros.

O *ratio* é de 101,11%.

**Ratio de limites de volume de contratos:**

O valor dos contratos em vigor é de 1 405 472 euros permitindo os fundos próprios actuais que esse valor atingisse os 72 246 314 euros.

**Ratio de fundos próprios/imobilizado líquido:**

Este *ratio* é de 131,58%, pois os fundos próprios são de 1 032 090,20 euros e os imobilizados líquidos são de 784 405,15 euros.

**Grandes riscos:**

A uma só entidade excedemos em relação à W.F. 240 627 euros.

**3 — Considerações sobre as contas**

Em 2003, os proveitos subiram de 444 579 euros para 641 326 euros, mas destes deverão ser expurgados os proveitos extraordinários de 171 202 euros, resultantes de uma mais-valia num imóvel, para que se possa fazer uma comparação directa, logo, 470 124 euros (crescimento de 5,7%).

Os custos passaram de 578 289 euros para 548 308 euros (decerceram 5,2%).

As amortizações do exercício passaram de 39 290 euros para 27 481 euros (diminuição de 30%).

As amortizações das campanhas publicitárias passaram de 64 048 euros para 62 102 euros.

As disponibilidades globais passaram de 625 107 euros para 390 214 euros (38%).

Os resultados do exercício antes de impostos eram de 93 019,24 euros positivos, com a tributação autónoma de 2341,48 euros os resultados após impostos são de 90 677,76 euros positivos.

#### 4 — Proposta de aplicação de resultados

Os resultados líquidos do exercício no valor de 90 677,76 euros positivos, devem ser levados a resultados transitados.

Vila Nova de Gaia, 2 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas — João Tavares da Fonseca Maia — José Paupério Fernandes.*

### Balanço em 31 de Dezembro de 2003

#### ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		Ano			Ano anterior (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	2 425,11	—	2 425,11	11 873 S3
12	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito .....	140 575,99	—	140 575,99	12 234,33
20	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	—	—	—	—
400-490	4 — Participações .....	716 537,49	24 939,89	691 647 60	691 478,24
41	9 — Imobilizações incorpóreas .....	5 557,26	5 587 26	—	—
42	10 — Imobilizações corpóreas .....	785 412,54	692 654,99	92 757,55	120 123,00
27-299+409	13 — Outros activos .....	177 216,77	6 797,67	170 419,10	195 716,04
55	15 — Contas de regularização .....	63 183,20	—	63 183,20	65 629,39
	16 — Prejuízo do exercício .....	—	—	—	136 441,53
	<i>Total do activo .....</i>	<i>1 890 968,36</i>	<i>729 973,81</i>	<i>1 161 003,55</i>	<i>1 233 496,49</i>

#### PASSIVO

Código das contas		Ano		Ano anterior
36+39	4 — Outros passivos .....		31 912,57	56 984,40
	Credores .....		17 559,17	31 906,05
	Outras exigibilidades .....		14 353,40	25 078,35
52+58	5 — Contas de regularização .....		36 845 51	38 497,85
62	9 — Capital subscrito .....		1 000 000,00	1 000 000,00
630+539	11 — Reservas .....		138 014,24	138 014,24
66	14 — Resultados transitados .....		— 136 441,53	—
	Lucro do exercício .....		90 677,76	—
	<i>Total do passivo .....</i>		<i>1 161 008,55</i>	<i>1 233 496,49</i>

#### Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		Ano	
99	Outras contas extrapatrimoniais .....		8 724 980
995	Contratos de compra em Grupo .....		1 405 472
9950	Imobiliária .....		1 405 472
99500	Habitação .....		1 405 472
999	Contas diversas .....		1 319 508

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas — João Tavares da Fonseca Maia — José Paupério Fernandes.* — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível.*)

#### Anexo ao balanço de 2003 da Saceg

3 — As demonstrações financeiras foram preparadas na base da convenção dos custos históricos e de continuidade das operações em conformidade com os princípios da consistência, prudência, especialização de exercícios, materialidade e da substância sobre a forma, Assim:

a) *Imobilizações financeiras.* — Constam no balanço ao custo de aquisição.

b) *Imobilizações incorpóreas.* — Estão reflectidas no balanço ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas segundo o determinado na legislação vigente, pelo método das quotas constantes.

c) *Imobilizações corpóreas.* — Estão expressas ao custo de aquisição. As amortizações foram determinadas segundo as taxas da legislação vigente e na âmbito de quotas constantes.

d) *Despesas com custo diferido e custos a pagar.* — Os saldos destas contas resultaram do principio da especialização de exercícios.

e) *Provisões para outros riscos.* — O saldo acumulado representa as provisões adequadas para cobertura de risco de dívidas de terceiros.

6 — A Norgrupo, S. A., detinha à data de 31 de Dezembro de 2003, as seguintes participações sociais (de acordo com o anexo III — Inventário de títulos e participações financeiras):

Norgrupo Comercial — Com., Rep., Ass., Import. e Exportação de Bens e Serviços, L.<sup>da</sup>  
Sede: Av. da República, 872, sala 7.2, 4430 Vila Nova de Gaia.

Montante dos capitais próprios: 69 716,16 euros;  
Resultados líquidos ano de 2002: 101 742,62 euros;  
Capital social: 57 361,76 • sendo 81,9% a participação financeira.

O valor nominal da participação é da 46 987 euros.  
O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de 57 099,17 euros.  
A situação descrita é relativa a 2002.

Cigato, L.<sup>da</sup>  
Sede: Rua da Constituição, 790, r/c, 4200 Porto.

O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de 204 401,08 euros.

Montante dos capitais próprios: 383 492,71 euros.  
Resultados líquidos ano de 2002: — 765,39 euros.  
Capital social: 5000 euros, sendo 53,3% a participação financeira.

O valor nominal da participação é de 2665 euros.  
O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de 204 401,08 euros.  
A situação descrita é relativa a 2002.

Portbul, L.<sup>da</sup>  
Sede: UL Tzar Assen I, 79 et. I, 1463 Sófia, Bulgária.

Montante dos capitais próprios: (29 594,76 euros).  
Resultados líquidos do ano de 2001: (1988 euros).  
Capital social: 2556,44 euros, sendo 63,4 % a participação financeira.

O valor nominal da participação é de 1620,78 euros.  
O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de (18 763 euros).

W. F. Construções e Turismo, S. A.  
Sede: Rua da Santa Marinha, 91, 4430 Vila Nova de Gaia.

Montante dos capitais próprios: 2 422 925,78 euros.  
Resultados líquidos ano de 2002: 17 540,63 euros.  
Capital social: 424 150 euros.

O valor nominal da participação é de 418 211 euros, sendo 98,6% a participação financeira.

O valor correspondente à parte proporcional desta participação nos capitais próprios da empresa é de 2 389 004,82 euros. A situação descrita é relativa ao exercício de 2002.

Food Frenzy — Actividades Hoteleiras, L.<sup>da</sup>  
Sede: Estrada da Luz, 146, loja 1 C, Lisboa.

Capital social: 10 000 euros.  
O valor nominal da participação é de 8000 euros, sendo 80% a percentagem no capital social.

A empresa encontra-se inactiva.

10 — Este inventário é apresentado em separado (ver anexo III).

11 — Os movimentos e saldos do activo imobilizado estão expressos no anexo IV.

25 — O saldo da conta provisões:

Para outras aplicações: 6797,66 euros credor.  
Para imobilizações financeiras: 24 939,89 euros credor.

27 — Em 31 de Dezembro da 2003, as contas apresentavam os seguintes saldos:

SACEG:

Despesas com custo diferido: 63 183,20 euros.  
Custos a pagar: 34 106,49 euros.

31 — Os principais elementos patrimoniais que integram as rubricas 13 do Activo e 4 do Passivo são os seguintes (em euros):

SACEG:

	Valor
<b>Outros passivos:</b>	
Outros fornecedores .....	17 559,18
Estado e outros entes públicos .....	14 353,40
<i>Total</i> .....	<u>31 912,57</u>
<b>Outros activos:</b>	
Outros devedores .....	177 216,77
Provisões acumuladas .....	(6 797,67)
<i>Total</i> .....	<u>170 419,10</u>

34 — O efectivo médio anual de trabalhadores por grandes categorias profissionais foi o seguinte:

Administração: 3;  
Outros: 7;  
Secretárias: 1;  
Cobrança: 1.

35 — As remunerações do ano de 2003 aos órgãos sociais foram: 123 408,98 euros.

36 — A Norgrupo presta serviço de gestão dos grupos sendo essa a sua actividade principal.

38 — Os proveitos das rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da demonstração de resultados foram obtidos em Portugal.

39 — A) Custos (em euros):

6 — Outros custos de exploração:

Quotizações a donativos .....	598,80
Juros supor. c/ imobilizações financeiras .....	1 216,19
Outros .....	159,92
<i>Total</i> .....	<u>1 974,91</u>

11 — Perdas extraordinárias:

Perdas relativas a exercícios anteriores .....	1 542,90
Outras perdas extraordinárias .....	0,13
<i>Total</i> .....	<u>1 543,03</u>

B) Proveitos:

7 — Outros proveitos de exploração:

Reembolso de despesas .....	72 551,47
Multas contratuais .....	42 800,54
Rend. aplic. financ. exc Grupos .....	3 306,06
Descontos obtidos .....	14 585,06
Outros .....	6 774,58
<i>Total</i> .....	<u>140 017,71</u>

9 — Ganhos extraordinários:

Mais-valias .....	169 697,98
Ganhos relativos a exercícios anteriores .....	1 503,82
Outros .....	0,30
<i>Total</i> .....	<u>171 202,10</u>

41 — Sobre a carga fiscal imputada aos dois exercícios anteriores, de 2002 e 2003:

	(Em euros)	
	2002	2003
IRC (estimado) .....	2 732,46	2 341,48
IRC (retenção na fonte) .....	11 775,26	1 288,25
IRC (pagamentos por conta) .....	6 646,06	—
IRC (a recuperar) .....	15 688,85	—
IRC (a pagar) .....	—	1 053,23

42 — Os resultados correntes do exercício foram negativos de 76 639,83 euros, os resultados extraordinários foram positivos de 169 659,07 euros, logo os resultados líquidos antes de impostos foram de 93 019,24 euros, após impostos 90 677,76 euros.

45 — Os saldos das contas em balanço são os seguintes:

	Código de contas	Valor
Imoleasing (imóvel) .....	360001	4 403,87
Santander Leasing (viaturas) .....	360004	2 999,92

*Nota.* — Os números não mencionados referem-se a situações não aplicáveis.

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas — João Tavares da Fonseca Maia — José Paupério Fernandes.* — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível.*)

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da NORGRUPO — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A. (SACEG ou empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 1 161 009 euros e capitais próprios de 1 092 251 euros, incluindo um resultado líquido de 90 678 euros, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da SACEG a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da SACEG, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação

sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Reservas.* — A conta de outros activos, no balanço da SACEG, inclui créditos, oriundos de exercícios anteriores, cuja recuperação vem sendo processada de forma lenta ao longo dos últimos anos, os quais não se encontram devidamente provisionados. Assim, à data das demonstrações financeiras anexas, o montante global desses créditos ascendia a, aproximadamente, 98 000 euros.

5 — A SACEG mantém no seu activo participações financeiras nas sociedades Portbul, Ltd (empresa sediada na Bulgária), Norgrupo Comercial, L.ª e Food Frenzy, L.ª, registadas ao custo de aquisição por 1 36 610 euros, para as quais foi entretanto constituída uma provisão de 24 940 euros. Dada a situação financeira destas participadas, descrita na nota n.º 6 do anexo ao balanço da SACEG, somos de opinião que a provisão existente se revela insuficiente em, aproximadamente, 111 670 euros.

6 — Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica do activo de contas de regularização, inclui um montante de, aproximadamente, 60 000 euros referente a custos diferidos com campanhas publicitárias, os quais são reconhecidos pela SACEG na sua demonstração dos resultados durante um período de três anos. Uma vez que a actividade actual da empresa como sociedade administradora de compras em Grupo se tem limitado à atribuição de bens em assembleias e posterior entrega desses bens, até à extinção dos Grupos actualmente activos, entendemos que o activo da empresa e os seus capitais próprios se encontram sobreavaliados naquele montante.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos pontos 4 a 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da NORGRUPO — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

8 — *Ênfases.* — A empresa tem um elevado número de processos judiciais e extrajudiciais em curso, relativos a pagamentos de participantes em atraso, sendo o valor global de quotas de amortização em dívida de participantes inadimplentes em 31 de Dezembro de 2003 de 5 105 132 euros (5 061 327 euros em 31 de Dezembro de 2002). Dado que o valor dos bens a entregar a participantes de grupos activos ascende, em 31 de Dezembro de 2003, a 1 405 473 euros e o valor de prestações vincendas a receber de participantes activos ascende a 706 080 euros, a capacidade da SACEG de cumprir com as obrigações de entregar os, bens àqueles participantes vai depender da recuperabilidade das dívidas de participantes inadimplentes acima referidas.

9 — Relativamente aos *ratios* prudenciais, a empresa não cumpre o disposto no aviso n.º 10/94 do Banco de Portugal, quanto ao valor dos riscos assumidos perante empresas por ela, directa ou indirectamente, dominadas.

Porto, 2 de Fevereiro de 2004. — Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Bento Martins Ledo.*

### Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (Grupos)

#### ACTIVO

Código das contas		(Em euros)	
		Ano	Ano anterior
10	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	503,96	555,54
12	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	54 209,15	407 943,58
20	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	192 500,00	192 500,00
27	13 — Outros activos .....	—	—
51	15 — Contas de regularização .....	—	—
<i>Total do activo</i> .....		247 213,11	600 999,12

## PASSIVO

(Em euros)

Código das contas		Ano	Ano anterior
36+37	4 — Outros passivos:		
	Credores .....	2 757,42	5 355,19
	Fundos dos Grupos .....	244 455,69	595 643,93
	<i>Total do passivo</i> .....	247 213,11	600 999,12

## Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		Ano
99	Outras contas extrapatrimoniais .....	456,49
999	Contas diversas .....	456,49
9990	Imobiliária .....	456,49

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas* — *João Tavares da Fonseca Maia* — *José Paupério Fernandes*. — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível*).

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

## DÉBITO

Código das contas		Ano	Ano anterior
<b>A) Custos</b>			
71	2 — Comissões .....	626,58	411,66
72	3 — Prejuízos em operações financeiras .....	—	444,12
73+74	4 — Gastos gerais administrativos .....	515 389,48	532 385,80
73	a) Custos com pessoal .....	271 179,26	290 050,28
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos) .....	(211 240,59)	(215 211,00)
732+733	(— encargos sociais) .....	(43 024,83)	(46 159,89)
74	b) Outros gastos administrativos .....	244 210,22	242 335,52
78	5 — Amortizações do exercício .....	27 480,52	39 290,53
77	6 — Outros custos de exploração .....	1 974,91	4 006,16
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente .....	— 76 640,00	— 133 231,00
671	11 — Perdas extraordinárias .....	1 543,03	669,66
68	13 — Impostos sobre lucros .....	2 341,48	2 732,46
76	14 — Outros impostos .....	1 293,99	1 081,54
69	15 — Lucro do exercício .....	90 677,76	—
	<i>Total</i> .....	641 327,75	581 021,93

## CRÉDITO

Código das contas		Ano	Ano anterior
<b>B) Proveitos</b>			
80	1 — Juros e proveitos equiparados .....	20 912,44	5 678,57
82	3 — Comissões .....	1 661 453,18	2 716 122,50
84	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	2 764,59	113 721,57
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração .....	140 017,71	163 203,64
672	9 — Ganhos extraordinários .....	171 202,10	191,48
69	11 — Prejuízo do exercício .....	—	136 441,53
	<i>Total</i> .....	641 327,75	581 021,93

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas* — *João Tavares da Fonseca Maia* — *José Paupério Fernandes*. — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível*).

### Anexo ao balanço de 2003 de Grupo

14 — A rubrica 3 do activo, apresenta o seguinte saldo:

3 — Outros créditos sobre instituições de crédito: 192 500 euros.

31 — Os principais elementos patrimoniais que integram a rubrica 4 do passivo são os seguintes:

	(Em euros)
	Valor
Outros passivos:	
Saceg .....	2 757,42
Grupos .....	244 455,69
<i>Total</i> .....	247 213,11

32 — A empresa administra somente grupos de participantes de bens imóveis, totalizando 1 405 471,52 euros.

36 — A Norgrupo presta serviço de gestão dos grupos sendo essa a sua actividade principal.

46 — Os aspectos de maior relevância, na actividade da SACEG durante 2003, são apresentados seguidamente:

	2002	2003
Bens atribuídos no ano .....	435 409,16	58 418,71
Bens entregues no ano .....	554 177,94	355 042,89
Valor contr. part. p. entreg. ....	459 308,00	135 686,70
Valor contr. part. act. não cont.	2 049 167,00	1 269 784,82
Número part. activos .....	—	—
Número grupos activos .....	—	—

*Nota.* — Os números não mencionados referem-se a situações não aplicáveis.

Vila Nova de Gaia, 29 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Manuel Eduardo dos Santos Freitas — João Tavares da Fonseca Maia — José Paupério Fernandes.* — O Responsável pela Informação, (*Assinatura ilegível.*)

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas dos Grupos administrados pela Norgrupo — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A. (SACEG), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 247 213 euros e um total de fundos próprios de 244 456 euros e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da SACEG a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira dos Grupos por si administrados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança, aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração da SACEG, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos Grupos administrados pela Norgrupo — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

Porto, 2 de Fevereiro de 2004. — Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Bento Martins Ledo.*

### Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Norgrupo — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade da administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2003, a demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2003 preparado pelo conselho de administração e da proposta nele incluída.

Apreciamos igualmente o conteúdo do relatório anual sobre a fiscalização efectuada e da certificação legal das contas, ambos os documentos emitidos pelo revisor oficial de contas, aos quais damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto aos efeitos dos assuntos referidos nos pontos 4 a 6 da certificação legal das contas e apesar do referido nos pontos 8 e 9 da mesma, as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 2 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *António Jorge Neto Pimentel*, presidente — *Joaquim Afonso Rodrigues Vieira*, vogal — Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Bento Martins Ledo*, vogal.

### Acta n.º 36 da assembleia geral

Aos 26 dias do mês de Março de 2004, pelas 17 horas, reuniu a assembleia geral de accionistas da sociedade anónima Norgrupo — Sociedade Administradora de Compras em Grupo, na sede social sita na Av. da República, 872, 7.º, em Vila Nova Gaia. A mesa da assembleia foi constituída pelo seu presidente, Dr. António José Herdeiro Dias, pelo vice-presidente Manuel Fernando Rodrigues da Silva Mendonça, e pela secretária Maria Alzira Pinho da Silva. Encontravam-se presentes accionistas representantes de 184 900 acções das 200 000 do capital social, equivalentes a 92,45%, conforme consta no registo de presenças. O presidente da mesa da assembleia geral usou da palavra para informar os accionistas presentes que a assembleia geral fora legalmente convocada, nos termos do disposto no artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais tendo sido enviado aviso convocatório a cada um dos accionistas, bem como, efectuadas publicações no *Diário da República*, 3.ª Série, a p. 35, de 11 de Fevereiro de 2004.

O presidente Dr. António José Herdeiro Dias, de seguida, efectuou a leitura da convocatória com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Deliberar sobre o relatório, o balanço e contas apresentadas pelo conselho de administração relativo ao exercício de 2003;

- 2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4 — Deliberar sobre outros assuntos de interesse geral para a sociedade.
- 5 — Proceder à eleição dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004-2007.

Entrou-se de imediato no ponto um da ordem do dia, tendo usado da palavra o presidente do conselho de administração, fazendo a leitura e comentários ponto por ponto do relatório do conselho de administração.

Atendendo a que nenhum accionista desejou usar da palavra, o presidente da mesa da assembleia geral pôs à votação o relatório, balanço e contas apresentados pelo conselho de administração tendo sido aprovados por unanimidade. De seguida pôs à discussão o ponto dois. «Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados», tendo sido aprovado por unanimidade que os resultados do exercício no valor de 90 677,76 euros positivos seja levado a resultados transitados.

Seguidamente o presidente da mesa da assembleia geral pôs à apreciação o ponto três da ordem de trabalhos, que não mereceu qualquer reparo dos presentes.

O presidente da mesa da assembleia geral de seguida abriu o ponto quatro da ordem de trabalhos, não se tendo tomado qualquer deliberação relevante.

O presidente da mesa da assembleia geral colocou em discussão o ponto cinco da ordem de trabalhos.

O accionista Eng. João Tavares da Fonseca Maia fez a entrega à mesa da assembleia geral de uma lista para a eleição dos órgãos sociais.

O presidente da mesa procedeu à leitura da lista apresentada, submetendo-a primeiramente à admissão, a qual foi admitida, por unanimidade, e de seguida pôs à votação a mencionada lista, que foi aprovada por maioria, com uma abstenção do accionista Arménio Barbosa Ribeiro, (referindo desconhecer os órgãos sociais propostos) pelo que os órgãos sociais passam a ter a seguinte composição:

Assembleia geral:

Presidente: António José Herdeiro Dias.  
Vice-presidente: Manuel Fernando Rodrigues da Silva Mendonça.  
1.º secretário: Maria Alzira Pinho da Silva.  
2.º secretário: João Filipe Vilas Maia.

Conselho fiscal:

Presidente: Luís Joaquim de Sousa Fernandes.  
Vogais:

Vítor Domingos Pina Cardoso da Costa Azevedo.  
Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Jorge Bento Martins Ledo.

Suplente: Jorge Manuel Felizes Morgado.

Conselho de administração:

Presidente: Manuel Eduardo dos Santos Freitas.  
Administradores:

João Tavares da Fonseca Maia.  
José Paupério Fernandes.

Comissão de vencimentos:

Manuel Eduardo dos Santos Freitas.  
João Tavares da Fonseca Maia.  
José Paupério Fernandes.

O presidente do conselho de administração, Eng. Manuel Eduardo dos Santos Freitas, propôs um voto de agradecimento e de louvor a António Jorge Neto Pimentel e a Joaquim Afonso Rodrigues Vieira, pela colaboração e disponibilidade evidenciadas ao longo dos anos, pondo à votação o voto de agradecimento, que foi aprovado por unanimidade.

O presidente da mesa da assembleia geral louvou todo o empenho e zelo que tem demonstrado a administração da empresa, e, aproveitou para desejar felicidades para o novo ano.

E nada mais havendo a tratar deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por todos os membros da mesa da assembleia geral.

A Mesa da Assembleia Geral: António José Herdeiro Dias, presidente — Manuel Fernando Rodrigues da Silva Mendonça, vice-presidente — Maria Alzira Pinho da Silva, secretária. 2004046155

## TURISSERRA — SOCIEDADE PARA O EMPREENHIMENTO TURÍSTICO DA SERRA DAS MEADAS, S. A. R. L.

### Relatório n.º 13-H/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lamego. Matrícula n.º 107/730522; identificação de pessoa colectiva n.º 500427135; número e data da inscrição: AN.23/28 de Junho de 2005.

Dirce Maria de Paiva Ribeiro Lobão Ferreira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lamego:

Certifica que as cópias anexas são reprodução integral dos documentos relativos ao depósito de prestação de contas do ano de 2004 da sociedade em epígrafe, que contém 19 folhas e estão conforme os originais que ficam depositados na pasta respectiva.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Lamego, 29 de Novembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, Dirce Maria de Paiva Ribeiro Lobão Ferreira.

### Relatório e contas de 2004

#### Relatório de gestão

A fim de darmos cumprimento aos preceitos legais e à prestação de contas aos senhores accionistas, apresentamos o relatório de gestão referente à actividade e evolução da sociedade neste exercício, às perspectivas futuras e à proposta de aplicação de resultados do ano findo.

#### I — Evolução da em presa

O exercício de 2004 caracterizou-se por uma ligeira elevação no valor dos proveitos da empresa, resultante do aumento consignado no contrato de cessão de exploração, o que contribuiu para a evolução estável da empresa, face aos encargos assumidos.

Colocamos porém à nossa consideração os seguintes indicadores:

Lucro líquido verificado no exercício: 2384,38 euros;  
Aumento dos rendimentos fixos: 1572,76 euros.

#### II — Situação económico-financeira

Durante o exercício, a situação económico-financeira da empresa manteve-se dentro do possível controlada, verificando-se uma normal redução das responsabilidades perante a banca, no montante de 24 160,31 euros, resultante das amortizações normais contratadas no empréstimo bancário.

#### III — Investimentos realizados

Durante o exercício o investimento líquido em imobilizado, referente ao acabamento das obras dos novos motéis, foi do montante de 21 998,23 euros.

#### IV — Custos

Na estrutura de custos verificou-se um ligeiro agravamento resultante, dos normais acréscimos das despesas gerais e das amortizações relativas ao aumento do imobilizado.

No entanto, achamos por bem salientar as seguintes variações:

Fornecimentos e serviços externos : + 41,63;  
Impostos sobre os lucros: 24,16%.